

A atuação do tribunal *ad quem* nas remessas *ex officio*

João Celso Neto*

A questão primordial

Manda nossa legislação adjetiva que as sentenças de primeiro grau sejam necessariamente submetidas a nova análise e julgamento, pelo respectivo tribunal a que esteja hierarquicamente subordinada a instância julgadora *a quo*, em determinadas situações previstas no art. 475 do Código de Processo Civil.

Há casos em que a legislação expressamente dispensa esse reexame necessário, como se pode ver no art. 13 da Lei 10.259, de 2001: “Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário.”

Parece ser a melhor exegese que, não havendo a ressalva, todos os demais casos em que o art. 475 do CPC determina a obrigatoriedade do duplo grau de jurisdição devam se submeter a esse duplo grau.

A obrigatoriedade legal na legislação processual

Dispõe nosso Código de Processo Civil, em seu art. 475, na redação dada pela Lei 10.352, de 2001:

Art. 475. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:

I – proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público;

II – que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública (art. 585, VI).

Aquela lei de 2001 incluiu três parágrafos e exclui uma das hipóteses que originalmente exigiam o reexame. Com isso, o texto revisto ficou bem ajustado:

Art. 475. § 1º Nos casos previstos neste artigo, o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, haja ou não apelação; não o fazendo, deverá o presidente do tribunal avocá-los.

§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários-mínimos, bem como no caso de

procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor.

§ 3º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do tribunal superior competente.

Eis sua redação original:

Art. 475. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:

I – que anular o casamento;

II – proferida contra a União, o Estado e o Município;

III – que julgar improcedente a execução de dívida ativa da Fazenda Pública (art. 585, VI).

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, haja ou não apelação voluntária da parte vencida; não o fazendo, poderá o presidente do tribunal avocá-los.

Comparando-se, nota-se que houve mudanças das quais a mais significativa foi aquela que substituiu o *poderá* do antigo parágrafo único pelo *deverá* do (novo) § 1º. Não mais se tornou necessário, com a nova redação, submeter ao Tribunal a sentença que anular o casamento civil.

No essencial, contudo, permaneceu a disposição da sujeição do *decisum* monocrático à apreciação colegiada, merecendo destacar-se a parte final do *caput*: “não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal”.

Observe-se que o CPC impõe, como condição de eficácia da decisão em desfavor da União, dos Estados e dos Municípios (inclusive as respectivas autarquias e fundações de Direito Público, na dicção do texto em vigor desde 2001, embora não extensível às empresas públicas e sociedades de economia mista), a *confirmação* pela segunda instância. E isso pode, em casos específicos, exigir a reanálise por Corte Superior, sempre que a ação já tiver início em um Tribunal, *ratione materiae*, por exemplo.

Tem-se, portanto, o requisito da confirmação, mas nada parece impedir que, ao reanalisar os autos, a Corte *ad quem* conclua que a sentença reexaminada mereça reparos. E o que vai prevalecer é essa *revisão*,

*Advogado, atuante nas áreas de Direito Civil, Previdenciário e Trabalhista no Distrito Federal.

que pode aperfeiçoar a decisão inicial ou, no extremo, anulá-la, dizendo ser improcedente o pedido.

O que diz a doutrina

É sempre atual a lição do Mestre Moacyr Amaral Santos (*Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, v. III, ed. Saraiva):

A possibilidade do reexame recomenda ao juiz inferior maior cuidado na elaboração da sentença e o estímulo ao aprimoramento de suas aptidões funcionais [...]. O órgão de grau superior, pela sua maior experiência, se acha mais habilitado para reexaminar a causa e apreciar a sentença anterior, a qual, por sua vez, funciona como elemento de freio à nova decisão que se vier a proferir.

A respeito do disposto no art. 475 do CPC, diz Nelson Nery Júnior, em sua conceituada obra *Código de Processo Civil Comentado* (ed. Revista dos Tribunais):

1. Natureza jurídica. Trata-se de *condição de eficácia da sentença*, que embora existente e válida, somente produzirá efeitos depois de confirmada pelo tribunal. Não é recurso por lhe faltar: tipicidade, voluntariedade, tempestividade, dialeticidade, legitimidade, interesse em recorrer e preparo, características próprias dos recursos. Enquanto não reexaminada a sentença pelo tribunal, não haverá trânsito em julgado e, conseqüentemente, será ela ineficaz.

2. Fundamento. Dá-se, aqui, manifestação do *princípio inquisitório*, ficando o tribunal autorizado a examinar integralmente a sentença, podendo modificá-la total ou parcialmente. Na remessa necessária não há efeito devolutivo, que é manifestação do princípio dispositivo, mas sim *efeito translativo* pleno. [...]

3. *Reformatio in pejus*. Não há falar-se em *reformatio in pejus* no reexame obrigatório. A proibição da reforma para pior é consequência direta do princípio dispositivo, aplicável aos recursos: se o recorrido dispôs de seu direito de impugnar a sentença, não pode receber benefício do tribunal em detrimento do recorrente. Isto não acontece na remessa necessária, que não é recurso nem é informada pelo princípio dispositivo, mas pelo *inquisitório*, onde ressalta a incidência do interesse público do reexame integral da sentença. É o que se denomina de feito translativo, a que se sujeitam as questões de ordem pública e a remessa necessária. O agravamento da situação da fazenda pública pelo tribunal não é reforma para pior, mas consequência natural do reexame integral da sentença, sendo portanto, possível.

Sérgio Bermudes, igualmente respeitado doutrinador brasileiro (em *Introdução ao Processo Civil* – ed. Forense), pontifica:

O art. 475 do Código de Processo Civil condiciona a eficácia [...], da sentença proferida contra a União, o Estado e o Município [...] à sua confirmação pelo tribunal. Disposições idênticas encontram-se em leis extravagantes (v.g. art. 19 da Lei 4.717, de 29/06/1965, que remete ao tribunal a sentença de carência, ou improcedência na ação popular; art. 12, parágrafo único, da Lei 1.533, de 31/12/1951, que envia ao tribunal a sentença concessiva de manifestação de segurança). Na doutrina e jurisprudência do atual Código de Processo Civil, essa figura ficou conhecida como *reexame necessário*. Na tradição processual luso-brasileira, denomina-se *recurso de ofício* ou *apelação necessária* ou *ex-officio*, aparecendo os dois últimos nomes no art. 82 do Código de Processo Civil de 1939. Controvertida a natureza jurídica do instituto, vejo-o como recurso, interposto pelo Estado, através do juiz, agente seu, para se prevenir contra a inércia dos seus representantes, em casos especiais, reputados pelo direito de transcendental relevância. Quando a lei determinar o reexame necessário, o juiz ordenará, ele próprio, na sentença, a remessa dos autos ao tribunal, haja o não recurso voluntário da parte sucumbente, não excluído pela medida (art. 475, parágrafo único). Enquanto não for confirmada, pelo tribunal, a sentença (ainda que a lei admita a sua execução provisória, como no caso do mandado de segurança – art. 12, parágrafo único, 2ª parte da Lei 1.535/1951) não produzirá afeito, na imprópria terminologia do *caput* do art. 475, onde se quis aludir à sua eficácia plena.

Por sua vez, Humberto Theodoro Júnior, em seu livro *Código de Processo Civil Anotado* (ed. Forense), traz a respeito o que chamou *breves comentários*:

Antes do reexame, ou seja, senão depois de confirmada, a sentença não poderá ser executada.

[...]

A remessa *ex officio* cabe em qualquer tipo de processo ou procedimento, desde que ocorra sentença definitiva contra a Fazenda Pública. Assim, pois, no processo de conhecimento, de execução ou cautelar, em embargos à execução ou de terceiros, em ação de usucapião, em liquidação de sentença, etc.,

trazendo, ainda, o teor da Súmula 423 do Supremo Tribunal Federal (*DJ* de 06/07/1964, *DJ* de 07/07/1964 e *DJ* de 08/07/1964), *verbis*: “Não transita em julgado a sentença por haver omitido o recurso *ex officio*, que se considera interposto *ex lege*.”

Em seu *Curso de Direito Processual Civil* (ed. Forense), o mesmo H. Theodoro Júnior, ao tratar do *duplo grau de jurisdição* no capítulo relativo aos *limites da coisa julgada*, leciona, ainda se referindo ao texto original do art. 475 (quando era o inciso II a tratar da exigência):

Segundo o art. 475, só após a confirmação pelo tribunal é que produzem efeito as sentenças [...] II proferidas contra a União, o Estado e o Município [...].

Em tais casos, cumpre ao juiz determinar a subida dos autos ao tribunal, independentemente da interposição de recurso pelas partes. Se não o fizer, o presidente do Tribunal poderá avocá-los [...].

Naturalmente, a coisa julgada não corre senão a partir da confirmação da sentença pelo tribunal, com esgotamento da possibilidade de recursos voluntários pelas partes.

[...]

Quanto ao conteúdo do julgamento que o Tribunal deve pronunciar-se, por força do reexame *ex officio*, há de lembrar-se que quando o duplo grau opera como um remédio processual de tutela dos interesses de uma das partes, como é o caso da Fazenda Pública, não pode a reapreciação das instância superior conduzir a um agravament⁵ da situação do Poder Público, sob pena de cometer-se um intolerável *reformatio in pejus*.

Em nota de rodapé, H. Theodoro Junior (*Curso de Direito Processual Civil*) faz referência ao juriconsulto Miguel Seabra Fagundes (*Dos recurso ordinários em matéria civil*) e à jurisprudência do antigo Tribunal Federal de Recursos no Mandado de Segurança 40.330, para aduzir:

O julgamento nos casos de duplo grau de jurisdição configura ato complexo que só se torna perfeito e exequível após a consumação de todos os atos parciais. Por isso, a remessa *ex officio* do processo ao Tribunal acarreta sempre os efeitos devolutivo e suspensivo.

Outras questões a considerar

Surge, potencialmente, uma *situação insólita*: a parte autora que não sucumbiu pode manifestar-se expressamente nos autos, após a publicação da sentença prolatada, e voltar a fazê-los nas suas contrarrazões a uma apelação cível ou a um recurso ordinário eventualmente interposto pela União, Estado ou Município sucumbente, confiando na remessa *ex officio* e no reexame necessário pela Corte.

Pode apontar, nessa manifestação e nas suas contrarrazões, imperfeições ou aspectos a exigirem, a seu ver, reforma ou aperfeiçoamento na sentença.

Porém não tem legitimidade para também recorrer. E corre, com isso, o risco de não ver suas alegações acolhidas ou analisadas simplesmente porque não recorreu.

No capítulo relativo aos *princípios gerais dos recursos*, na já citada obra de referência *Curso de Direito Processual Civil*, H. Theodoro Júnior ensina:

Legitimação para recorrer

Só o vencido no todo ou em parte tem interesse para interpor recurso.

Ressalte-se que a inconformidade com a fundamentação da sentença não é, por si só, causa para recurso, se a parte saiu vencedora, isto é, não teve o pedido repellido, total ou parcialmente.

Só a sucumbência na ação é que justifica o recurso, não a diversidade dos fundamentos pelos quais foi essa mesma ação acolhida.

Com referência a este último ponto, faz ainda alusão ao julgado do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 74.168, em maio de 1973: “Só o que houver sofrido prejuízo ou gravame pode recorrer.”

Consta do voto do relator, Min. Antônio Neder, no citado recurso extraordinário (decisão unânime, Segunda Turma):

Portanto, é de se reconhecer que, no caso, o recurso [...] mereceria conhecimento pelos fundamentos postulados [...]; mereceria, sim, caso todos os requisitos subjetivos de sua admissibilidade estivessem configurados.

Ocorre, porém, que uma, pelo menos, de tais condições não se concretiza.

Com efeito, só quem houver sofrido um prejuízo ou gravame é que pode recorrer.

Fazê-lo não pode, por não se achar legitimado para isso, aquele que não foi prejudicado com a decisão.

Outro aspecto que deve ser comentado é a possibilidade de advir uma decisão do Tribunal não conhecendo da remessa *ex officio*.

Segundo a melhor doutrina, constitui uma obrigação legal, processual do tribunal reexaminar a matéria, integralmente, para confirmar a sentença (se estiver conforme o direito abstrato aplicado ao caso concreto) ou reformá-la (naquilo que esteja em desacordo, por exemplo, com a jurisprudência) além de, salvo melhor entendimento, acolher ou não os questionamentos do autor-apelado-recorrido, constantes dos autos ou trazidos nas contrarrazões a recurso interposto pela parte adversa, ou seja, daquele que, conforme farta jurisprudência, *não podia recorrer*. Quem sabe, nem caiba recurso adesivo, se nada houver na apelação a merecer reparo.

Por outro lado, esse reexame não leva, necessariamente, a um *reformatio in pejus*. O que diz a

lei é ser necessário, imprescindível e, talvez, inadiável, que o tribunal reanalise os autos desde a inicial, promovendo o reexame necessário de que trata o CPC, e conheça da remessa *ex officio* para, dando-lhe a exigida eficácia plena, poder apreciar, também, o que argüira, por hipótese, a parte vencedora no Primeiro Grau. E que defina, ainda na fase de conhecimento, tanto quanto possível, a questão, sem nada deixar para ser discutido na fase de cumprimento ou na liquidação, se for o caso, conforme farta e consolidada jurisprudência.

A jurisprudência antiga e a ainda prevalecente

Somem-se àquela decisão do Supremo Tribunal Federal, de 1973, outras mais atuais, particularmente sobre a imprescindibilidade do reexame necessário, na remessa de ofício.

Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não proceder ao reexame necessário obriga a quem se repute não atendido (tendo-lhe sido, talvez, negada uma prestação jurisdicional requerida) interpor embargos declaratórios, ainda que apenas para pré-questionar e ensejar os recursos especial e Extraordinário, quando cabíveis. No caso de recurso Especial, *tantos quantos forem necessários* até que a Corte *a quo* haja expressamente se manifestado sobre o ponto.

Vejam-se alguns dos julgados recentes do STJ sobre esses aspectos:

AgRg no AgRg no AgRg no AgRg no REsp
1.143.440 /RS (2009/0106569-7)

Relator: Ministro Humberto Martins

Órgão julgador: Segunda Turma

Data do julgamento: 09/11/2010

Data da publicação: *DJe* de 17/11/2010

Ementa:

Processual Civil. Recurso especial interposto contra acórdão que negou provimento ao reexame necessário. Preclusão lógica. Inexistência. precedente da Corte Especial. Violação do Art. 535 do CPC. Omissão configurada. Retorno dos autos. Necessidade.

I. A Corte Especial, no julgamento do REsp 905.771/CE, de relatoria do Min. Teori Albino Zavascki, em 26/06/2010, consolidou o entendimento segundo o qual não configura preclusão lógica nos casos em que *apesar de não interposto recurso voluntário* a Fazenda Pública interpõe recurso especial.

II. O art. 475, I, do CPC determina que o reexame necessário devolve ao Tribunal a apreciação de toda a matéria referente à sucumbência da Fazenda Pública, não se sujeitando ao princípio do

quantum devolutum quantum appellatum, de modo que viola o art. 535, II, do CPC o acórdão que, em embargos de declaração, não enfrenta ponto não apreciado na remessa oficial. Precedentes.

III. Configurada a omissão, caracterizada está a violação do art. 535 do CPC, devendo os autos retornarem a instância de origem para novo julgamento dos embargos de declaração.

Agravo regimental improvido.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça: A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a).

REsp 1162434 / SC (2009/0204053-5)

Relator: Ministro Humberto Martins

Órgão julgador: Segunda Turma

Data do julgamento: 27/04/2010

Data da publicação: *DJe* de 07/05/2010

Voto:

Quanto ao art. 475, I, do CPC, tido por violado, verifica-se que a Corte *a quo* não o analisou. Desse modo, impõe-se o não conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento, entendido como o necessário e indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. Incide no caso a Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

“Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*.”

Oportuno consignar que esta Corte não considera suficiente, para fins de prequestionamento, que a matéria tenha sido suscitada pelas partes, mas sim que a respeito tenha havido debate no acórdão recorrido.

AgRg no Ag 1176227 / SP (2009/0065784-1)

Relator: Ministro Benedito Gonçalves

Órgão julgador: Primeira Turma

Data do julgamento: 13/04/2010

Data da publicação: *DJe* de 28/04/2010

Voto:

Acrescente-se que, no pertinente à alegação de que a decisão agravada teria sido omissa com relação à violação ao art. 475, I, do CPC, assiste razão à agravante. Todavia, verifica-se que a questão não foi analisada pelo Tribunal *a quo* e sequer foi objeto de embargos de declaração.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça encontra-se consolidada no sentido de que carece de prequestionamento o recurso especial, baseado em eventual violação de dispositivos de lei, cujo fundamento não foi analisado pelo Tribunal de origem e tampouco foi objeto de embargos de

declaração, ensejando a incidência, por analogia, da Súmula 282/STF: “é inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada”.

REsp 1148432 / RS (2009/0009514-0)

Relator: Ministro Castro Meira

Órgão julgador: Segunda Turma

Data do julgamento: 02/03/2010

Data da publicação: DJe de 10/03/2010

Ementa:

Processual Civil. Art. 535 do CPC. Omissão no acórdão Recorrido. Sucumbência. Honorários advocatícios. Omissão reconhecida.

I. O reexame necessário, previsto no art. 475, I, do CPC, devolve ao tribunal a apreciação de toda a matéria discutida na demanda que tenha contribuído para a sucumbência da Fazenda Pública.

II. “A remessa oficial devolve ao Tribunal o reexame de todas as parcelas da condenação suportadas pela Fazenda Pública, inclusive dos honorários de advogado” (Súmula 325/STJ).

Voto:

De fato, o reexame necessário (ou duplo grau de jurisdição obrigatório) reveste a natureza de *condição de eficácia da sentença*, eis que condiciona a eficácia da sentença contrária ao ente público à sua reapreciação pelo órgão de segundo grau de jurisdição ao qual está vinculado o juiz que a proferiu. Implica, portanto, que não se operará o trânsito em julgado da sentença enquanto não preenchida tal condição.

Ele é dotado de devolutividade plena, devolvendo ao tribunal a apreciação de toda a matéria que se refira à sucumbência da Fazenda Pública, *ainda que não trazida em eventual recurso voluntário*. Nesse sentido, é o entendimento pacífico desta Corte, *verbis*:

Processual Civil. Reexame necessário. Devolutividade. Embargos de declaração. Omissão. Art. 535 do CPC. Violação configurada.

I. O reexame necessário, previsto no art. 475, I, do CPC, devolve ao tribunal a apreciação de toda a matéria discutida na demanda que tenha contribuído para a sucumbência da Fazenda Pública.

II. “A remessa oficial devolve ao Tribunal o reexame de todas as parcelas da condenação suportadas pela Fazenda Pública, inclusive dos honorários de advogado” (Súmula 325/STJ).

III. Viola o art. 535, II, do CPC o acórdão que, julgando embargos declaratórios da Fazenda Pública, se nega a enfrentar ponto não apreciado no reexame necessário.

IV. Recurso especial do Instituto de Previdência do Município de Marília provido. Recurso especial do Município de Marília prejudicado (REsp 955.558/SP, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 18/09/2007);

Processual Civil. Honorários advocatícios. Revisão em sede de remessa oficial. Cabimento. Devolutividade.

I. A remessa oficial devolve ao Tribunal o exame da matéria decidida em sua integralidade, ainda que não interposto recurso voluntário pelo ente estatal, sendo certo que, em tais circunstâncias, o valor fixado a título de honorários advocatícios também deverá ser objeto do reexame necessário.

II. Recurso especial provido (REsp 223.095/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 05/09/2005);

Processual Civil. Agravo regimental no agravo de instrumento. Embargos de declaração. existência de omissão no julgado. Violação do art. 535 do CPC. Reexame necessário (art. 475, I, do CPC). Devolução obrigatória da apreciação de toda a matéria ao tribunal *ad quem*, inclusive a fixação de honorários advocatícios.

I. Viola o art. 535 do CPC o acórdão que se nega a enfrentar a matéria apontada em sede de embargos de declaração, quando efetivamente existente omissão, contradição ou obscuridade.

II. O reexame necessário, previsto no art. 475, I, do CPC, devolve ao Tribunal a apreciação de toda a matéria que se refira à sucumbência da Fazenda Pública. É procedimento obrigatório que não se sujeita ao princípio do *quantum devolutum quantum appellatum*. Sob esse ângulo, é cabível a interposição de embargos de declaração para sanar eventual omissão no reexame necessário.

III. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Ag 631.562/RJ, rel. Min. Denise Arruda, DJ de 07/03/2005).

Na presente hipótese, os autos subiram ao Tribunal por força do reexame necessário e também em decorrência de recurso de apelação do Estado do Rio Grande do Sul. A Corte estadual, ao examinar o recurso, apreciou apenas a questão de mérito relativa à prescrição. Não examinou, contudo, o tópico referente aos honorários advocatícios.

[...]

Da análise dos autos, observa-se que os embargos declaratórios de fls. 40–44 e 49–51 encerram provocação clara, precisa e embasada para que a Corte de origem se manifestasse acerca do remessa necessária consoante disposto no art. 475, *caput*, incisos I e II, § 1º, do Código de Processo Civil, porquanto seria imperioso o reexame da condenação da Fazenda Estadual ao pagamento de honorários advocatícios ao Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública.

Com efeito, a Corte de origem deixou de enfrentar diretamente a tese veiculada, restringindo-se a afirmar de maneira singela que “o acórdão embargado nada disse acerca da verba honorária em favor do Fadep, visto que tal ponto não constou das razões do apelo do ora embargante” (e-STJ fl. 46). Vê-se que não prestou maiores considerações

quanto ao tópico nos embargos declaratórios rejeitados.

EDcl no REsp 992097 / RJ (2007/0230079-0)

Órgão julgador: Quinta Turma

Data do julgamento: 02/04/2009

Data da publicação: DJe de 18/05/2009

Ementa:

[...]

IV. A recusa do Tribunal *a quo* em examinar, em sede de remessa necessária, a questão envolvendo a condenação imposta à União referente ao índice de correção monetária, importa em violação ao art. 475, I, do CPC.

Voto:

Como cediço, as matérias de ordem pública e as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro, devem ser objeto de análise em sede de duplo grau de jurisdição, em face do efeito translativo da remessa necessária.

A partir dessas premissas, deve o Tribunal de origem, em sede de remessa necessária e independentemente da existência de recurso

voluntário, *apreciar a questão envolvendo o índice da correção monetária*, mormente quando esta foi explicitada na sentença, como ocorrido na hipótese dos autos.

Conclusões

Não sendo reexaminado o que constar dos autos (inclusive manifestações incidentais ou contrarrazões da parte que não possa ou não tenha interesse em recorrer, embora possa trazer à colação argumentos relevantes), a decisão monocrática, de primeira instância, se tornará ineficaz, *conquanto válida e existente*, e não transitará em julgado nem poderá ser cumprida ou sequer tornada líquida.

Data venia, a remessa *ex officio*, por força do art. 475 do CPC, necessariamente, exige a reanálise de todo o processo e a prolação do competente acórdão (ou *decisão monocrática* do desembargador-relator, se couber). O que parece não ocorrer se a remessa *ex officio* (necessária, obrigatória) deixar de ser conhecida.